

SARAIVA LIVREIROS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Saraiva Livresiros S.A. – Em Recuperação Judicial (“Controladora” ou “Companhia”) é sociedade por ações brasileira de capital aberto, fundada em 1914, com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão (“B3”), sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S A (“Varejo”).

O Varejo é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Controladora, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros, games, filmes, música, artigos de papelaria, conteúdo digital e e-reader. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico e de uma rede de 80 lojas. O Varejo opera ainda com produtos de tecnologia por meio do seu próprio market place, integrado ao e-commerce.

Em 1 de outubro de 2018, a Controladora e o Varejo migraram suas operações e sistemas contábil e financeiro para o sistema de gestão empresarial – SAP. Entretanto, devido a problemas relacionados a performance originados na solução SAP que comprometeram as operações comerciais e de abastecimento, a Administração decidiu, de forma emergencial, a partir de 1 de dezembro retornar o suporte transacional para as operações comerciais e de abastecimento, para os sistemas legados até então utilizados, que passariam a integrar as transações comerciais e de abastecimento para os módulos financeiros do SAP. Em decorrência, foram identificadas inconsistências em saldos de bancos, contas a receber, estoques e fornecedores que resultaram em ajuste contábil em contrapartida de outras receitas operacionais e custo das mercadorias e serviços vendidos, devidamente registrado pela Companhia.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 a Controladora apresentou prejuízo de R\$301.730 em decorrência, principalmente, do atual cenário de crise econômica iniciada em 2015 que resultou em sucessivas desacelerações da economia e consequente retração no consumo, impactando fortemente as operações do Varejo.

Em 23 de novembro de 2018, a Companhia apresentou pedido de recuperação judicial, como forma de viabilizar a superação da crise financeira e preservar a manutenção da fonte produtora e a continuidade do negócio. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 4 de fevereiro de 2019, foi juntada ao processo a minuta do Plano de Recuperação Judicial – “PRJ” (Nota explicativa nº 32)

Toda a documentação e demais informações relativas a recuperação judicial estão disponíveis na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores (www.saraivari.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. *Declaração de conformidade*

As demonstrações contábeis compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Controladora e do Varejo (“Companhia”).

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2019 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2018.

2.2. *Base de mensuração*

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelos seus valores justos.

2.3. *Moeda funcional e de apresentação*

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R\$).

2.4. *Principais fontes de julgamento e estimativas*

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Perdas com créditos de liquidação duvidosa – nota explicativa nº 5
- b) Perdas com obsolescência de estoques – nota explicativa nº 6
- c) Impostos diferidos – nota explicativa nº 8
- d) Redução aos valores de recuperação dos ativos – nota explicativa nº 11 e 12
- e) Redução ao valor de recuperação do ágio – nota explicativa nº 12
- f) Programa de fidelização de clientes do Varejo – nota explicativa nº 14

- g) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – nota explicativa nº 18
- h) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos – nota explicativa nº 27

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas a seguir são adotadas pela Controladora e pelo Varejo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis de empresa controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que tal controle deixa de existir.

Controlada

As políticas financeiras, operacionais e contábeis do Varejo são controladas e ajustadas pela Administração da Controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as demonstrações contábeis do Varejo são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial e na preparação das demonstrações contábeis consolidadas foram utilizadas demonstrações contábeis do Varejo encerradas na mesma data-base.

Transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Controladora e o Varejo são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com o Varejo registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora. Entretanto, os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não exista evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Operação descontinuada e ativos não circulantes mantidos para venda

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão apresentados como ativos mantidos para a venda o terreno e a edificação da unidade operacional de Guarulhos da Controladora, pelo montante de R\$21.427, equivalentes ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo diminuído das despesas de venda.

O resultado das operações descontinuadas apresentado no exercício compreende o resultado residual das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, vendido para a Editora Ática S.A. em 2015

c) Receitas operacionais

As principais receitas estão relacionadas às atividades do Varejo e correspondem a venda de mercadorias e serviços.

A receita é reconhecida pelo valor que reflete a contrapartida que se espera ter o direito em troca da transferência de mercadorias e/ou serviços para o cliente e sua contabilização é determinada de acordo com o modelo de 5 etapas estabelecido pelo CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, que substituiu todos os requisitos vigentes até 31 de dezembro de 2017 de reconhecimento de receita.

A Administração optou pela aplicação retrospectiva modificada exigida para períodos anuais com início a partir de 01 de janeiro de 2018. Na avaliação da Administração não foram identificadas alterações relevantes no reconhecimento de receitas operacionais em relação ao modelo anterior, essencialmente porque as receitas são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega das mercadorias e serviços.

As vendas que resultam na concessão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo (“Saraiva Plus”) são contabilizadas como receita diferida pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas, ajustado pela média da margem de venda. O reconhecimento da receita diferida no resultado é realizado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e/ou por expiração do direito de uso dos pontos.

d) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

e) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Controladora, ou o Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se e somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses

ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Os ativos financeiros não derivativos dessa categoria de instrumentos financeiros são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, esses ativos são mantidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Esses ativos possuem liquidez e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

iii) Passivos financeiros não derivativos – reconhecimento, baixa e mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Controladora, ou Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de taxa efetiva de juros.

iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

Compreendem as operações cujo valor se altera em resposta à mudanças na taxa de câmbio, liquidadas em datas futuras. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e ajustados pelo valor justo na data de encerramento de cada exercício. São consideradas nessa categoria as operações de “swap” para os empréstimos em moeda estrangeira.

Contabilidade de hedge (hedge accounting) para proteção de empréstimos em moeda estrangeira

A Administração adota as regras de contabilidade de hedge para registrar, nos mesmos períodos contábeis, os efeitos do derivativo formalmente designado como instrumento de hedge, assim como do item protegido, relacionados às diferenças entre as moedas estrangeiras e a moeda funcional.

A parcela efetiva do hedge, correspondente às diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão de um ativo financeiro designado como hedge é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida no resultado. A parcela mantida em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificada

para o resultado com a liquidação do passivo financeiro objeto de hedge. A operação com derivativos foi liquidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

f) Contas a receber de clientes e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa e dos créditos considerados irre recuperáveis.

As perdas esperadas para os títulos a receber, vencidos e a vencer e recebíveis de cartão de crédito são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, o histórico de perdas.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

g) Estoques de mercadorias para revenda

Registrados pelo custo médio de aquisição e, quando aplicável, deduzidos de perdas com obsolescência para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior.

As perdas com obsolescência do estoque de mercadorias para revenda do Varejo são estimadas e reconhecidas para itens sem movimentação ou baixo giro, obsoletos e para os itens que não apresentarem condição de venda, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração de acordo com critérios estabelecidos na política interna para obsolescência de estoques.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da Controladora. O lucro não realizado decorrente das operações comerciais da Controladora com o Varejo é eliminado por meio de equivalência patrimonial (Nota explicativa nº10).

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas para redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (Nota explicativa nº 11). As instalações e benfeitorias nas unidades locadas da Controladora e do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois, o menor (Nota explicativa nº 11).

Os encargos financeiros dos empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, dado que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato

de arrendamento em questão. A partir do exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, assim reconhecidos no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j) Intangível

Adquiridos separadamente:

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada (nota explicativa nº 12).

Os gastos com cessão comercial pagos pelo Varejo quando da assinatura dos contratos de aluguéis dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos. A amortização é linear, pelo prazo de locação e não se aplica ao valor residual, quando existente.

Gerados internamente:

Os gastos com atividades de pesquisa, quando realizadas são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de software, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ágio

O ágio apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é resultante da aquisição e incorporação de empresa adquirida em 2008, amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano até 31 de dezembro de 2008. Desde 1º de janeiro de 2009, o ágio deixou de ser amortizado e passou a ser submetido ao teste de recuperação em bases anuais e independentemente da existência de indicadores de perda.

k) Avaliação do valor recuperável dos ativos

i. Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda de valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Controladora e a empresa controlada em condições que a Controladora e a empresa controlada não considerariam em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Controladora e o Varejo consideram evidência de perda de valor de ativos, mensurados pelo custo amortizado, tanto individualmente como em conjunto. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados para identificar a perda por redução ao valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentaram perda de valor é realizada, então, a avaliação conjunta para identificação de qualquer perda, ainda não identificada na avaliação individual. Para os ativos que não são individualmente significativos, a avaliação é realizada em conjunto com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável para o conjunto de ativos, a Controladora e o Varejo utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir se o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Controladora e o Varejo consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda estimada, tal redução é revertida por meio do resultado.

Investida contabilizada pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Controladora e do Varejo, exceto estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de encerramento do exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se houver indicação de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e o valor contábil ajustado ao valor recuperável, se aplicável. No caso do ágio e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente, independentemente de indicação de perda.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs), majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos os custos necessários para vendê-lo. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente com uso de uma taxa de desconto que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício pelo prazo de vigência dos contratos.

Os empréstimos em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos exercícios e estão vinculados às operações de “swap”, registradas pelo regime de competência e ambos mensurados ao seu valor justo. Os ganhos e as perdas apurados em virtude desses contratos são reconhecidos como ajustes no resultado financeiro.

m) Custos de transações de captação de empréstimos e financiamentos

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

n) Provisões

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando há uma obrigação presente e a probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Controladora e do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 18.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

o) Arrendamento mercantil

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os demais casos são classificados como arrendamento operacional.

- **Arrendamentos operacionais**

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa pelo método linear, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos contingentes (parcela variável em virtude da receita de vendas) são reconhecidos como despesa nos exercícios em que são incorridos.

- **Arrendamentos financeiros**

Capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida às correspondentes obrigações, líquidas dos encargos

financeiros, registradas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato.

A partir do exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2).

p) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

- Correntes

As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, pelas alíquotas vigentes sobre o lucro real, apurado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis; e compensado por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado para o exercício.

- Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias apuradas pelo Varejo, e sobre diferenças temporárias da Controladora. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados, exceto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

q) Receita diferida – programa de fidelização de clientes

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica “receita diferida - programa de fidelização” pelo valor dos pontos acumulados, ajustado pela média da margem de venda. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização pelos clientes do seu direito de uso dos créditos – Bônus, assim como, pela efetiva expiração do Bônus.

O valor de cada ponto é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao Bônus e ajustado pela média do custo da mercadoria vendida. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 16 de junho de 2017, os pontos conquistados por meio das compras têm validade de 12 meses e a cada 500 pontos o cliente adquire o direito ao Bônus e recebe um voucher no valor de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras realizadas de qualquer produto nas lojas e no comércio eletrônico do Varejo.

r) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, quando aplicável é reconhecido se houver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e ainda, se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

s) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Controladora e do Varejo é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 20 e).

O valor justo das opções de compra determinado na data da outorga de cada programa é registrado pelo método linear como despesa ao resultado dos exercícios durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas.

t) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Controladora que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio” por ser considerada como uma obrigação estatutária da Controladora. Por outro lado, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica “dividendos adicionais propostos”.

u) Apresentação do lucro líquido por ação

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), conforme nota explicativa nº 27.

v) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e impostos a recuperar; e juros passivos e variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos e impostos a recolher. Os juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as variações monetárias e cambiais, de acordo com as taxas vigentes nas datas de encerramento do exercício.

w) Informação por segmento

Os resultados por segmentos que são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Eventualmente são utilizadas, em determinadas análises, informações detalhadas sobre produtos e outras divisões do Grupo que não se qualificam como segmentos para divulgação. Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o único segmento em operação é o denominado Varejo.

x) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

y) Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC

Estão vigentes para o exercício iniciado a partir de 01 de janeiro de 2018:

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros – CPC 48
- IFRS 15 – Receita de contratos com clientes – CPC 47
- Esclarecimentos a IFRS 15 – Receita de contratos com clientes, emitido em 12 de abril de 2016;
- Alterações da IFRS 2 – Classificação e mensuração de pagamento baseado em ações
- Alterações da IFRS 4 – Adoção da IFRS 9 com a IFRS 4 – Contratos de Seguros
- Alteração da IFRS 40 – Transferência de propriedade de investimentos
- IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestações antecipadas
- Melhorias anuais nas IFRS – Ciclo 2014 – 2016

Normas aplicáveis à Controladora e ao Varejo, implementadas a partir de 01 de janeiro de 2018:

- IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos financeiros, emitida em julho de 2014
- IFRS 15 (CPC 47) – Receita de contratos com clientes, emitida em maio de 2014 e alterada em abril de 2016

Normas e emendas que entrarão em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019

- IFRS 16 – Arrendamentos mercantis – CPC 06(R2)
- Melhorias anuais na IFRS – Ciclo 2015-2017
- IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de imposto de renda
- Alterações na IFRS 9 – recursos de pré-pagamento com compensação negativa
- Alterações IAS 28 – participação de longo prazo em coligadas e joint ventures
- IFRS 17 – Contratos de seguro

- Alterações na IFRS 10 e IAS 28 – venda ou constituição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture

Normas aplicáveis ao Varejo, implementadas a partir de 1 de janeiro de 2019

CPC 06(R2) – Operações de Arrendamentos Mercantil

Emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem e apresentem todos os arrendamentos conforme um único modelo no balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos modelos do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor”; por exemplo: máquinas de café, impressoras e copiadoras; e arrendamentos de curto prazo; quais sejam, arrendamentos com prazo de até 12 meses.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (*passivo de arrendamento*) e um ativo representando o direito de uso do ativo objeto durante o prazo do arrendamento (*ativo de direito de uso*). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

O CPC 06(R2), que entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Transição para o CPC 06 (R2).

A Companhia adotará o CPC 06 (R2) prospectivamente, inclusive para os contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1). A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor, tais como máquinas de café, impressoras e copiadoras.

A aplicação da norma resultará em melhora do EBITDA e do resultado operacional e aumento das despesas com depreciação e juros.

Os ativos de direito de uso identificados estão relacionados a contratos de locação do escritório administrativo, do centro de distribuição e das lojas comerciais. O impacto no balanço de abertura para o exercício de 2019, foi estimado em um valor aproximado de

R\$302 milhões no Ativo e no Passivo de arrendamento. A taxa incremental média ponderada usada para a mensuração dos passivos de arrendamentos foi de 8,53% ao ano.

Impacto da adoção do CPC 06 (R2) nas demonstrações contábeis consolidada:

	Demonstrações contábeis divulgadas em 31/12/18	Impactos referente a adoção do IFRS16 / CPC 06(R2)	Demonstrações contábeis divulgadas em 01/01/19
Ativo			
Circulante	483.634	-	483.634
Não circulante	495.040	301.710	796.750
Intangível (direito de uso)	-	301.710	301.710
Total do ativo	978.674	301.710	1.280.384
Passivo			
Circulante	800.036	29.404	829.440
Arrendamentos a pagar	-	29.404	29.404
Não circulante	57.720	272.306	330.026
Arrendamentos a pagar	-	272.306	272.306
Patrimônio líquido	120.918	-	120.918
Total do passivo e patrimônio líquido	978.674	301.710	1.280.384

z) Determinação do valor justo

O valor justo é apurado e divulgado para ativos e passivos financeiros e não-financeiros, conforme o caso e quando aplicável, de acordo com os CPC 28, CPC 39 e CPC 40. O valor justo dos ativos e passivos financeiros está apresentado nas Notas explicativas números 13, 20.e) e 28.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Caixa e bancos - conta movimento	119	4	49.110	18.315
Aplicações financeiras - equivalente de caixa	<u>641</u>	<u>7</u>	<u>46.313</u>	<u>50.628</u>
	<u>760</u>	<u>11</u>	<u>95.423</u>	<u>68.943</u>

Representados por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, remunerados por taxas equivalentes a 58% a 70% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

Representadas por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, remunerados por taxa equivalente a 98% a 99,2% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI com restrição de liquidez para garantia de processos judiciais.

	Consolidado	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Aplicações financeiras	<u>6</u>	<u>9</u>

A exposição a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Títulos a receber	10.910	8.947
Recebíveis de cartão de crédito e débito	<u>47.114</u>	<u>199.069</u>
	58.024	208.016
Perda esperada	<u>(339)</u>	<u>(1.106)</u>
	<u>57.685</u>	<u>206.910</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo (“títulos a receber”) é de 55 dias (60 dias em 31 de dezembro de 2017). As contas a receber representadas

por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes adquirentes: PagSeguro, Rede e Cielo.

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes, quando comparado com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

Saldos por vencimento

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
A vencer	53.693	194.614
Cartões de crédito em análise	-	12.032
Vencidos	<u>4.331</u>	<u>1.370</u>
	<u>58.024</u>	<u>208.016</u>

As contas a receber de clientes do Varejo estão representadas, em sua maior parte, por recebíveis em cartões de crédito e débito, cujas perdas são originadas por cancelamento das vendas, ou *charge back*, seja por não reconhecimento da compra por parte do titular do cartão, seja por fraude na utilização de cartões. As perdas esperadas relacionadas com o recebimento de cartões são estimadas sobre as vendas, com base no histórico de perdas e ajustadas de acordo com o recebimento dos créditos. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa para os títulos a receber são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, créditos vencidos há mais de 180 dias e evidências objetivas de insolvência, inadimplência ou atrasos do devedor. Não foram identificadas outras perdas relevantes na análise de *impairment* dos recebíveis.

O valor registrado ao resultado:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Perda estimada com créditos		
de liquidação duvidosa	(107)	(1.105)
Perda efetiva com títulos a receber		
e cartão de crédito	(18.799)	(3.034)
Recuperação de créditos		
considerados irrecuperáveis	<u>107</u>	<u>101</u>
	<u>(18.799)</u>	<u>(4.038)</u>

6. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Mercadorias para revenda	173.147	459.211
Materiais de embalagem e consumo	<u>1.704</u>	<u>1.330</u>
	<u>174.851</u>	<u>460.541</u>

Perda com obsolescência de estoques

As perdas com obsolescência nas operações do Varejo são estimadas para os grupos de itens similares do estoque em que houve evidência de que o valor líquido de realização das mercadorias, pela sua venda durante o curso normal dos negócios será inferior ao valor de custo, por deterioração, obsolescência, baixo giro ou por ausência de movimentação de acordo com critérios estabelecidos na política de perdas com obsolescência dos estoques.

A Administração, com base nas evidências objetivas presentes na data de encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2017, relacionadas aos resultados positivos com as ações endereçadas a partir do exercício 2016 para escoamento dos estoques obsoletos, de baixo giro e deteriorados e nos sinais de recuperação da atividade econômica, substancialmente no 4º trimestre de 2017 revisou algumas premissas de acordo com sua política estabelecida para estimar a perda com obsolescência, e as manteve para estimar as perdas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A rubrica, mercadorias para revenda está líquida de perdas com obsolescência de estoque, no montante de R\$24.002 em 31 de dezembro de 2018 (R\$21.732 em 31 de dezembro de 2017).

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Contribuição para o Financiamento da				
Seguridade Social - COFINS (ii)	1.744	1.742	127.655	116.382
Programa de Integração Social - PIS (ii)	39	37	26.485	24.711
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.745	2.817	26.210	31.729
Contribuição Social sobre o Lucro				
Líquido - CSLL	2.216	2.109	14.154	10.906
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	-	-	2.214
Imposto sobre Circulação de Mercadorias				
e Serviços - ICMS a recuperar (i)	-	-	97.383	110.407
Outros	179	180	261	1.787
	<u>6.923</u>	<u>6.885</u>	<u>292.148</u>	<u>298.136</u>
Ativo circulante	179	192	97.976	178.507
Ativo não circulante	<u>6.744</u>	<u>6.693</u>	<u>194.172</u>	<u>119.629</u>
	<u>6.923</u>	<u>6.885</u>	<u>292.148</u>	<u>298.136</u>

- (i) ICMS e ICMS ST das operações comerciais e de abastecimento do Varejo. Estão em curso, ações endereçadas à Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, onde estão centralizadas as operações de abastecimento do Varejo, com o propósito de recuperação de créditos acumulados por meio do sistema e-CredAc – custeio, nos termos da legislação vigente no RICMS – SP, da ordem de R\$72.300, líquidos de perda ao valor de realização de R\$2.100. Com a redução no mix de produtos ofertados pelo Varejo relacionados a produtos tributados pelo ICMS iniciada a partir do último trimestre de 2018 haverá uma redução substancial nos montantes acumulados de créditos tributários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram estimadas e provisionadas perdas por valor recuperável no montante de R\$20.169.
- (ii) Representado, substancialmente, por créditos das contribuições PIS/COFINS, originados nas operações do Varejo, no montante de R\$152.357 (R\$137.791 em 31 de dezembro de 2017) apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2014 e 2018, não compensados até a data de encerramento do exercício em curso com o valor devido apurado e pago das respectivas contribuições.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	-	77.279
Provisões para impostos e contribuições a recolher	1.227	1.406	1.583	1.742
Provisão para o custo das vendas de mercadorias recebidas em consignação	-	-	3.987	8.246
Programa de fidelização Saraiva Plus	-	-	1.469	597
Perdas com obsolescência de estoque	-	-	9.455	7.389
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	733	273
ICMS-ST	-	-	5.178	-
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	657	90
Provisão deságio sobre impostos a recuperar	-	-	714	714
Provisão parcela efetiva hedge accounting	-	-	-	283
Outras provisões	-	-	3.440	2.888
	<u>1.227</u>	<u>1.406</u>	<u>27.216</u>	<u>99.501</u>
Passivo não circulante:				
Provisão para perdas com estoque de livros	-	-	-	27.203
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de empresas	-	-	21.214	25.865
Custo atribuído ao imobilizado - "terrenos"	5.810	5.810	5.810	5.810
Ganho não realizado em operação de "swap"	-	-	-	1.655
Leasing financeiro	-	-	4.775	-
Outros	3	3	3	3
	<u>5.813</u>	<u>5.813</u>	<u>31.802</u>	<u>60.536</u>
	<u>(4.586)</u>	<u>(4.407)</u>	<u>(4.586)</u>	<u>38.965</u>
Ativo não circulante	-	-	-	43.372
Passivo não circulante	<u>(4.586)</u>	<u>(4.407)</u>	<u>(4.586)</u>	<u>(4.407)</u>
	<u>(4.586)</u>	<u>(4.407)</u>	<u>(4.586)</u>	<u>38.965</u>

A realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Controladora e no Varejo sobre diferenças temporárias, foi considerada até o limite dos passivos fiscais diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias.

Os créditos fiscais originados do Imposto de renda – IR e da Contribuição social sobre o Lucro Líquido – CSLL calculados, respectivamente sobre Prejuízos fiscais e Bases negativas de CSLL do Varejo foram revertidos por não existir histórico de lucro tributável, nos termos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(299.069)	(49.136)	(256.015)	(67.447)
Aliquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	101.683	16.706	87.045	22.932
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	(33)	(111)	(4.719)	(2.185)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(99.848)	(14.156)	-	-
Créditos fiscais não registrados	<u>(1.802)</u>	<u>(2.657)</u>	<u>(125.404)</u>	<u>(2.657)</u>
	<u>-</u>	<u>(218)</u>	<u>(43.078)</u>	<u>18.090</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Diferidos	<u>-</u>	<u>(218)</u>	<u>(43.078)</u>	<u>18.090</u>

9. PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais e empréstimos de mútuo

As partes relacionadas da Controladora são:

- Varejo - empresa controlada
- Instituto Jorge Saraiva - outras partes relacionadas

As transações com as partes relacionadas compreendem operações de doações; reembolso de despesas da controlada; empréstimo de mútuo; e adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC.

As doações são realizadas em espécie ao Instituto Jorge Saraiva, fundado em 2004 e destinado às ações sociais e comunitárias da comunidade local. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas doações no montante de R\$551 (R\$842 em 31 de dezembro de 2017).

Saldos e transações:

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Saldos no início do exercício	7.996	-
Empréstimos obtidos	8.754	7.726
Pagamentos efetuados	(15.100)	-
Despesas financeiras	<u>533</u>	<u>270</u>
Saldos no fim do exercício	<u>2.183</u>	<u>7.996</u>

b) Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Pró-labore do conselho de administração	1.361	1.777	1.469	1.813
Pró-labore da diretoria	<u>21</u>	<u>24</u>	<u>4.141</u>	<u>4.142</u>
Subtotal	1.382	1.801	5.610	5.955
Remuneração baseada em ações	67	119	67	119
Outras remunerações	<u>341</u>	<u>408</u>	<u>1.329</u>	<u>1.467</u>
	<u>1.790</u>	<u>2.328</u>	<u>7.006</u>	<u>7.541</u>

A Controladora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

As informações relacionadas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram retificadas em virtude da apresentação da remuneração do Conselho fiscal, no montante de R\$576 (Pro-labore – R\$480 e Outras – R\$96) juntamente com a remuneração dos membros do conselho de administração.

10. INVESTIMENTOS

Participação no Varejo e suas principais informações:

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Quantidade de ações do capital social - milhares	489.666	489.666
Quantidade de ações possuídas - milhares	489.626	489.626
Participação no capital social	99,99%	99,99%
Participação do investimento no patrimônio líquido da Controladora (inclui créditos com o Varejo)	100,00%	98,12%
Capital social	515.123	515.123
Patrimônio líquido	146.337	439.486
(-) Lucro não realizado em operação de venda do intangível para o Varejo	<u>(25.382)</u>	<u>(25.382)</u>
Total	<u>120.955</u>	<u>414.104</u>
Valor do investimento	<u>120.943</u>	<u>414.068</u>

Base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Prejuízo do Varejo	<u>(293.696)</u>	<u>(41.638)</u>
Equivalência patrimonial	<u>(293.672)</u>	<u>(41.635)</u>

Alterações registradas nas contas de investimentos:

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Saldo no início do exercício	414.068	456.162
Participação no resultado do Varejo	(293.672)	(41.635)
Participação reflexa no hedge accounting do Varejo	<u>547</u>	<u>(459)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>120.943</u>	<u>414.068</u>

Principais informações do Varejo:

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Ativo total	962.562	1.384.506
Passivo circulante e não circulante	816.225	945.020
Patrimônio líquido	146.337	439.486
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Receita operacional líquida	1.445.422	1.724.886
Custo das mercadorias e serviços vendidos	<u>(1.033.533)</u>	<u>(1.150.085)</u>
Lucro bruto	411.889	574.801
Despesas operacionais	(543.083)	(565.488)
Depreciações	(36.807)	(31.554)
Outras	<u>(32.770)</u>	<u>11.024</u>
Resultado operacional	(200.771)	(11.217)
Resultado financeiro	<u>(49.847)</u>	<u>(48.729)</u>
Resultado antes dos impostos	(250.618)	(59.946)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(43.078)</u>	<u>18.308</u>
Prejuízo líquido	<u><u>(293.696)</u></u>	<u><u>(41.638)</u></u>

11. IMOBILIZADO

		Controladora					
		31/12/18			31/12/17		
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	799	(798)	1	799	(794)	5
Móveis, utensílios e instalações	10	2.490	(2.253)	237	2.490	(2.128)	362
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	5.421	(5.371)	50	5.421	(4.910)	511
Equipamentos de informática	20	<u>12.387</u>	<u>(12.315)</u>	<u>72</u>	<u>12.387</u>	<u>(12.115)</u>	<u>272</u>
		<u>21.097</u>	<u>(20.737)</u>	<u>360</u>	<u>21.097</u>	<u>(19.947)</u>	<u>1.150</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

		Consolidado					
		31/12/18			31/12/17		
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Edifícios e construções	4	1.260	(1.260)	-	1.400	(1.204)	196
Máquinas e equipamentos	10	6.568	(3.810)	2.758	6.638	(3.370)	3.268
Móveis, utensílios e instalações	10	83.893	(65.801)	18.092	91.244	(65.256)	25.988
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	164.499	(146.364)	18.135	183.329	(157.634)	25.695
Veículos	20	-	-	-	378	(378)	-
Equipamentos de informática	20	70.832	(58.233)	12.599	68.079	(54.977)	13.102
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	41	-	41
		<u>327.052</u>	<u>(275.468)</u>	<u>51.584</u>	<u>351.109</u>	<u>(282.819)</u>	<u>68.290</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

Controladora			
	<u>31/12/17</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/18</u>
Custo:			
Máquinas e equipamentos	799	-	799
Móveis, utensílios e instalações	2.490	-	2.490
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.421	-	5.421
Equipamentos de informática	<u>12.387</u>	<u>-</u>	<u>12.387</u>
Total do custo	<u>21.097</u>	<u>-</u>	<u>21.097</u>
Depreciação acumulada:			
Máquinas e equipamentos	(794)	(4)	(798)
Móveis, utensílios e instalações	(2.128)	(125)	(2.253)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(4.910)	(461)	(5.371)
Equipamentos de informática	<u>(12.115)</u>	<u>(200)</u>	<u>(12.315)</u>
Total da depreciação	<u>(19.947)</u>	<u>(790)</u>	<u>(20.737)</u>
Valor líquido	<u>1.150</u>	<u>(790)</u>	<u>360</u>

Consolidado						
	31/12/17	Adições	Baixas	Transferências	Perda por redução ao valor recuperável	31/12/18
Custo:						
Edifícios e construções	1.400	-	-	-	(140)	1.260
Máquinas e equipamentos	6.638	-	(70)	-	-	6.568
Móveis, utensílios e instalações	91.244	2.325	(9.409)	548	(815)	83.893
Benfeitorias em imóveis de terceiros	183.329	1.804	(21.666)	1.667	(635)	164.499
Veículos	378	-	(378)	-	-	-
Equipamentos de informática	68.079	5.299	(2.619)	416	(343)	70.832
Imobilizado em andamento	41	2.531	-	(2.572)	-	-
Total do custo	<u>351.109</u>	<u>11.959</u>	<u>(34.142)</u>	<u>59</u>	<u>(1.933)</u>	<u>327.052</u>
Depreciação acumulada:						
Edifícios e construções	(1.204)	(56)	-	-	-	(1.260)
Máquinas e equipamentos	(3.370)	(510)	70	-	-	(3.810)
Móveis, utensílios e instalações	(65.256)	(5.871)	5.330	(4)	-	(65.801)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(157.634)	(8.732)	20.004	(2)	-	(146.364)
Veículos	(378)	-	378	-	-	-
Equipamentos de informática	<u>(54.977)</u>	<u>(5.656)</u>	<u>2.453</u>	<u>(53)</u>	-	<u>(58.233)</u>
Total da depreciação	<u>(282.819)</u>	<u>(20.825)</u>	<u>28.235</u>	<u>(59)</u>	-	<u>(275.468)</u>
Valor líquido	<u>68.290</u>	<u>(8.866)</u>	<u>(5.907)</u>	-	<u>(1.933)</u>	<u>51.584</u>

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 a Administração não identificou eventos que denotassem a existência de indicadores de perda de valor recuperável. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Administração identificou eventos que denotaram a existência de indicadores de perdas e reconheceu no resultado do exercício a perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$1.933.

12. INTANGÍVEL

		Controladora					
		31/12/18			31/12/17		
Taxa anual de amortização - %		<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Software	20	<u>710</u>	<u>(710)</u>	<u>-</u>	<u>710</u>	<u>(606)</u>	<u>104</u>

		Consolidado					
		31/12/18			31/12/17		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Ágio	-	47.776	(841)	46.935	61.705	(1.086)	60.619
Cessão comercial	20	25.047	(25.047)	-	30.716	(30.540)	176
Software	20	237.071	(84.349)	152.722	117.039	(67.054)	49.985
Marcas e patentes	-	63	-	63	63	-	63
Intangível em andamento	-	3.225	-	3.225	49.990	-	49.990
		<u>313.182</u>	<u>(110.237)</u>	<u>202.945</u>	<u>259.513</u>	<u>(98.680)</u>	<u>160.833</u>

As alterações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

		Controladora					
		31/12/17	Adições	31/12/18			
Custo:							
Software		<u>710</u>	<u>-</u>	<u>710</u>			
Amortização acumulada:							
Software		<u>(606)</u>	<u>(104)</u>	<u>(710)</u>			
Valor líquido		<u>104</u>	<u>(104)</u>	<u>-</u>			
		Consolidado					
		31/12/17	Adições	Baixas	Transferências	Perda por redução ao valor recuperável	31/12/18
Custo:							
Ágio		61.705	-	(13.929)	-	-	47.776
Cessão comercial		30.716	-	(5.669)	-	-	25.047
Software		117.039	1.506	(132)	118.659	(1)	237.071
Marcas e patentes		63	-	-	-	-	63
Intangível em		<u>49.990</u>	<u>72.468</u>	<u>(574)</u>	<u>(118.659)</u>	<u>-</u>	<u>3.225</u>
Total do custo		<u>259.513</u>	<u>73.974</u>	<u>(20.304)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>313.182</u>
Amortização acumulada:							
Ágio		(1.086)	-	245	-	-	(841)
Cessão comercial		(30.540)	(176)	5.669	-	-	(25.047)
Software		<u>(67.054)</u>	<u>(17.427)</u>	<u>132</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(84.349)</u>
Total da amortização		<u>(98.680)</u>	<u>(17.603)</u>	<u>6.046</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(110.237)</u>
Valor líquido		160.833	56.371	(14.258)	-	(1)	202.945

Os testes de recuperação são realizados anualmente independentemente da existência de indicadores de perdas para ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 a Administração não identificou eventos que denotassem a existência de indicadores de perda de valor recuperável. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Administração identificou eventos que denotaram a existência de indicadores de perdas e reconheceu no resultado do exercício a perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$1.

Ágio

	Data de		
	<u>aquisição</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
<u>Ágio na aquisição da Siciliano</u>	06/03/2008	<u>46.935</u>	<u>60.619</u>

A baixa de R\$13.684 está relacionada à parcela do ágio atribuída à Unidade Geradora de Caixa (UGC) Siciliano, correspondente as lojas da rede que tiveram suas atividades encerradas em 2018.

Siciliano

Em 31 de dezembro de 2018, o valor recuperável dessa Unidade Geradora de Caixa – UGC foi determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa livre com base em orçamento financeiro de seis anos e taxa de desconto nominal de 13% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período de seis anos, tais como crescimento de vendas, custos e despesas, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração.

As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa livre são:

- Receitas: projetadas de 2019 a 2024 em linha com histórico de crescimento da UGC, bem como o cenário macroeconômico estimado para os próximos anos.
- Custos e despesas operacionais: projetados com base no desempenho mais recente da Siciliano, que considera o plano de ação para aumento da produtividade e no crescimento estimado das receitas.

Os fluxos de caixa posteriores ao período de seis anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 4%, que corresponde à taxa prevista de inflação.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado	
	31/12/18	31/12/17
Em moeda nacional:		
BNDES	-	54.778
Empréstimos para capital de giro	121.158	146.236
Custos de captação a amortizar	(1.630)	(3.376)
Arrendamento financeiro	16.083	19.216
Fiança BNDES - Itaú	37.260	-
	<u>172.871</u>	<u>216.854</u>
Em moeda estrangeira:		
Empréstimos para capital de giro	-	100.813
	<u>172.871</u>	<u>317.667</u>
Passivo circulante	154.468	119.635
Passivo não circulante	18.403	198.032
	<u>172.871</u>	<u>317.667</u>

Os empréstimos em moeda estrangeira do Varejo, vinculados a operações com derivativos e liquidados em 13 de julho de 2018 correspondentes a R\$4.040, estão apresentados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 separadamente dos instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante e não circulante.

Resumo das características dos empréstimos e financiamentos

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2017	Fev/2020	Aval Controladora e Imóvel	R\$ 120.000	132% Variação CDI a.a.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2017	Nov/2018	Aval Controladora	R\$ 15.000	132% Variação CDI a.a.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Nov/2015	Dez/2020	Bem arrendado	R\$ 10.709	Variação do CDI
SG Equipment Finance S/A	Software e manutenção	Leasing	Dez/2014	Dez/2019	Bem arrendado	R\$ 12.223	Variação do CDI
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Mar/2017	Fev/2020	Bem arrendado	R\$ 6.451	Variação do CDI

(a) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de 6,98% (7% em 31 de dezembro de 2017).

Movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Descrição	31/12/17	Empréstimos obtidos	Fiança BNDES - Itaú	Encargos	Pagamentos principal e juros	31/12/18
BNDES	54.778	-	(37.260)	4.058	(21.576)	-
Empréstimos - capital de giro	243.673	23.699	-	34.649	(182.493)	119.528
Arrendamento financeiro	19.216	435	-	6.300	(9.868)	16.083
Fiança BNDES - Itaú	-	-	37.260	-	-	37.260
	<u>317.667</u>	<u>24.134</u>	<u>-</u>	<u>45.007</u>	<u>(213.937)</u>	<u>172.871</u>

Financiamentos com o BNDES

Garantias

Em dezembro de 2018 o BNDES executou a garantia com o Banco Itaú, para a liquidação do saldo devedor do empréstimo, no montante de R\$40.617. Em 13 de março de 2019, o saldo devedor da fiança, no montante de R\$ 41.640, foi quitado por meio de saldo em conta, no montante de R\$25.000 e de empréstimo contratado com o Banco Itaú, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário, no montante de R\$16.640.

Resumo das condições contratadas:

- Data da operação: 13/03/2019
- Taxa: 3% a.a. + 100% do CDI
- Garantia: Mínimo de R\$ 3,5MM de Agenda das bandeiras Mastercard e Hipercard.
- Período da Operação: Operação com um período de 30 meses e 1 ano de carência de pagamento de principal.

Empréstimos para capital de giro

Operações contratadas como instrumentos de proteção eficaz – hedge accounting

Banco Itaú BBA International

Operações de empréstimo nos termos da Lei 4.131/1962 – repasse Resolução BACEN 3.844/2010, vinculadas a operações de “swap” com variação monetária pelo CDI e taxas de juros pré e pós fixadas.

As operações de empréstimo e instrumento derivativo de proteção realizadas com o Banco Itaú BBA International foram contratadas em 20 de janeiro de 2015, no montante de R\$235.000 (US\$89.524 mil) com taxa de juros de 3,53% a.a., com vencimento em 22 de janeiro de 2018, amortizações de principal e pagamento de juros trimestrais. Em 12 de maio de 2017, o Varejo repactuou o montante de R\$95.000, com dilação do prazo para três anos, amortizações trimestrais e carência de um ano. A taxa de juros passou de 109,8% da variação do CDI para 111,2% da variação do CDI acrescido de 2% a.a..

Os instrumentos derivativos foram designados formalmente como hedge.

Os empréstimos foram liquidados antecipadamente em 13 de julho de 2018 com recebíveis em cartão de crédito.

Outras operações contratadas para suprir necessidades de capital de giro

Banco do Brasil

Em março de 2017, a Controladora liquidou o saldo dos empréstimos contratados com o Banco do Brasil em 2015, no montante de R\$5.564.

O Varejo repactuou o montante de R\$120.000, também contratados com o Banco do Brasil, para uma taxa de 132% do CDI, com dilação do prazo para três anos, com amortizações trimestrais e carência de um ano. Em 25 de julho de 2018 foi assinado aditamento que alterou o

cronograma de reposição do principal e a troca da garantia representada por cessão fiduciária de direitos creditórios por uma garantia real representada por hipoteca cedular.

Em 27 de julho de 2017, o Varejo contratou operação sob a forma de Cédula de Crédito Bancário – CCB, no montante de R\$15.000, com encargos de 120% da variação do CDI, vencimento em fevereiro de 2018, garantida por aval da Controladora. Em fevereiro de 2018, foi repactuado o montante de R\$13.000, à taxa de 124,25% da variação do CDI, com dilação do prazo para um ano, passando o vencimento para 01 de agosto de 2018. Em julho de 2018, foi repactuado o montante de R\$13.000, à taxa de 132% da variação do CDI, postergando o vencimento para 01 de novembro de 2018. Em outubro de 2018, foi repactuado o montante de R\$13.000, à taxa de 132% da variação do CDI, postergando o vencimento para 01 de abril de 2019.

Banco Daycoval

Operação contratada em 29 de agosto de 2017, sob a forma de Cédula de Crédito Bancário – CCB, no montante de R\$3.000, com encargos de 100% da variação do CDI, acrescida de 6% a.a. de juros remuneratórios, vencimento em 29 de agosto de 2018, garantida por aval da Controladora. A operação foi liquidada no respectivo vencimento.

Banco Rendimento

Operação de antecipação de recebíveis a fornecedores, denominada Convênio Confirme, contratada em outubro e dezembro de 2017 nos montantes de R\$5.627 e R\$3.001 e vencimento em janeiro e fevereiro de 2018, respectivamente, com encargos de 4% a.t., garantida por aval da Controladora. As operações foram liquidadas nos respectivos vencimentos.

Operação de antecipação de recebíveis a fornecedores, denominada Convênio Confirme, contratada em janeiro de 2018 no montante de R\$9.506 e vencimento em abril de 2018, com encargos de 4% a.t., garantida por aval da Controladora. A operação foi liquidada no respectivo vencimento.

Em 29 de junho de 2018, o Varejo contratou operação sob a forma de Cédula de Crédito Bancário – CCB, no montante de R\$1.709, com encargos de 1,5% a.m. e vencimento em 16 de julho de 2018, garantida por aval da Controladora. A operação foi liquidada no respectivo vencimento.

Banco Original

Operação de antecipação de recebíveis a fornecedores, denominada Convênio Confirme, contratada em março de 2018 no montante de R\$8.810 e vencimento em junho de 2018, com encargos de 3% a.t., garantida por aval da Controladora. Como parte do processo de reperfilamento de seus passivos financeiros, a Administração negociou a prorrogação do vencimento para 19 de julho de 2018 do montante residual de R\$2.737, quando a operação foi liquidada.

14. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos, que, acumulados segundo as regras do programa, poderão ser utilizados como crédito para o pagamento em compras futuras.

Em 16 de junho de 2017, foram implementadas alterações no programa de acumulação de pontos. De acordo com o novo regulamento do Programa, a cada 500 pontos (Bônus) conquistados por meio de compras (antes, a cada 1.000 pontos) o cliente recebe um voucher de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os vouchers emitidos e não utilizados têm o direito de uso expirado no prazo de três meses. Os pontos adquiridos que não acumulam 500 pontos, expiram em um prazo de 12 meses. A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização é registrada em receita diferida, no passivo circulante, pelo valor dos pontos acumulados, de acordo com as regras de acumulação. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos vouchers adquiridos pelos clientes e pela efetiva expiração do direito de uso dos vouchers e dos pontos que não acumularam Bônus.

Em 31 de dezembro de 2018, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$4.320 (R\$1.757 em 31 de dezembro de 2017).

15. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Fornecedor - nacional	1.719	996	545.385	543.199
Fornecedor - exterior	-	-	3.939	3.681
	<u>1.719</u>	<u>996</u>	<u>549.324</u>	<u>546.880</u>

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes, quando comparado com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	4.574	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	59	66	1.120	1.269
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	2	-	278	499
Programa de Integração Social - PIS	-	-	-	6
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	-	29
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	7	148
Parcelamento de tributos - Lei 12.996/14 (a)	-	-	814	1.988
Parcelamento de tributos - Estaduais (b)	-	-	1.366	22
Outros	2	3	178	9
	<u>63</u>	<u>69</u>	<u>8.337</u>	<u>3.970</u>
Passivo circulante	63	69	6.823	2.134
Passivo não circulante	-	-	1.514	1.836
	<u>63</u>	<u>69</u>	<u>8.337</u>	<u>3.970</u>

(a) Parcelamento de débitos tributários instruídos em 2014, relacionados a compensações de tributos federais com créditos de PIS/COFINS apurados em 2007 e 2008, não homologadas, no montante de R\$2.245. O montante pago no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$170 (R\$158 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017).

(b) Parcelamentos ordinários instruídos em 2018, nos Estados de Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Sul relacionados a autos de infração de ICMS. O montante pago no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$716.

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora			
	31/12/17	Despesa	Pagamento	31/12/18
Férias	215	10	(8)	217
Salários a pagar	39	32	(16)	55
FGTS a recolher	119	(45)	(57)	17
INSS a recolher	94	388	(388)	94
	<u>467</u>	<u>385</u>	<u>(469)</u>	<u>383</u>

	Consolidado			
	<u>31/12/17</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/18</u>
Férias	8.292	8.949	(10.076)	7.165
13º salário	-	8.330	(8.330)	-
Salários a pagar	3.637	90.808	(94.208)	237
FGTS a recolher	1.755	13.226	(13.769)	1.212
INSS a recolher	<u>5.675</u>	<u>27.305</u>	<u>(28.080)</u>	<u>4.900</u>
	<u>19.359</u>	<u>148.618</u>	<u>(154.463)</u>	<u>13.514</u>

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Controladora e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações.

Composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos:

Provisões

	Controladora		
	Constituição/		
	<u>31/12/17</u>	<u>(Reversão)</u>	<u>31/12/18</u>
Contingências trabalhistas	4.130	(884)	3.246
Contingências cíveis	<u>6</u>	<u>359</u>	<u>365</u>
	<u>4.136</u>	<u>(525)</u>	<u>3.611</u>
	Consolidado		
	Constituição/		
	<u>31/12/17</u>	<u>(Reversão)</u>	<u>31/12/18</u>
Contingências trabalhistas	11.187	377	11.564
Contingências cíveis	1.316	717	2.033
ICMS - Auto de infração (a)	989	59	1.048
PIS/COFINS - Exclusão do ICMS			
da base de cálculo	<u>-</u>	<u>2.162</u>	<u>2.162</u>
	<u>13.492</u>	<u>3.315</u>	<u>16.807</u>

- (a) Provisão correspondente ao valor de principal e multa para discussão judicial em curso para anulação de autos de infração lavrados em 2011, relacionados a créditos de ICMS tomados sobre a aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo.

Depósitos judiciais

	Controladora		
	Acréscimo/		
	31/12/17	(Baixa)	31/12/18
PIS/COFINS (a)	957	20	977
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos	9.634	(6.374)	3.260
Processos judiciais trabalhistas	1.745	(221)	1.524
	<u>18.402</u>	<u>(6.575)</u>	<u>11.827</u>
	Consolidado		
	Acréscimo/		
	31/12/17	(Baixa)	31/12/18
PIS/COFINS (a)	1.055	22	1.077
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos (b)	28.703	3.447	32.150
Processos judiciais trabalhistas	3.844	654	4.498
	<u>39.668</u>	<u>4.123</u>	<u>43.791</u>

- (a) Ações judiciais impetradas pela Controladora e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS, instituídas pela Lei 9.718/98. As ações tiveram o trânsito em julgado em favor das empresas e a liberação dos depósitos aguardam processamento.
- (b) Inclui o montante de R\$19.959 relativos a IPI, II, PIS e COFINS originados em liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS nos processos de importação do leitor digital – LEV.

Passivos contingentes

A Administração da Controladora e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$516.815, sendo R\$262.443 para a Controladora e R\$254.372 para o Varejo (R\$653.668 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$346.824 para a Controladora e R\$306.844 para o Varejo).

Composição dos principais passivos com probabilidade de perdas avaliadas como possíveis:

PROCESSOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA	OBJETO	VALOR ESTIMADO
a- INSS	Autos de infração lavrados contra a Controladora relacionados a constituição de crédito tributário sobre participação nos lucros de colaboradores e administradores e descumprimento de obrigações acessórias	2.015
b- IRPJ/CSLL/PIS/COFINS	Representados substancialmente por processos de impugnação em curso, de despachos decisórios que não homologaram créditos tributários utilizados pela Controladora e o Varejo para o pagamento de tributos federais	162.820
c- PIS/COFINS	Relacionado a ações judiciais que questionaram o alargamento da base de cálculo das contribuições PIS/COFINS e majoração de alíquota da COFINS, instituídos pela Lei 9.718/98 com trânsito em julgado, parcialmente em favor da Controladora e do Varejo, ainda em discussão sobre os montantes dos depósitos judiciais realizados no Banco do Brasil e transferidos para a Caixa Econômica Federal	36.299
d- II, IPI, ICMS, PIS e COFINS	Mandados de Segurança impetrados pelo Varejo para reconhecer a imunidade de impostos e a alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS incidentes nos processos de importação do leitor digital – LEV	61.511
e- ICMS	Autos de infração lavrados contra o Varejo relacionados ao crédito de ICMS registrado sobre aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria de Fazenda Estadual	28.232
f- Diversos	Outras discussões administrativas e judiciais sobre processos tributários	155.918
TOTAL		446.795

PROCESSOS DE NATUREZA CÍVEL	OBJETO	VALOR ESTIMADO
a- Contratos de locação	Ações renovatórias ajuizadas pelo Varejo relacionadas às suas unidades operacionais	23.636
b- Outros	Outros processos da Controladora com objetos variados e do Varejo relacionados às ações individuais de relações de consumo	31.166
TOTAL		54.802

PROCESSOS DE NATUREZA TRABALHISTA	OBJETO	VALOR ESTIMADO
a- Diversos	Ações trabalhistas ajuizadas contra a Controladora e o Varejo, substancialmente relacionadas a responsabilidade subsidiária ou reconhecimento de vínculo empregatício em contratos de prestação de serviço	15.218

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Controladora, no montante de R\$282.999 (R\$282.999 em 31 de dezembro de 2017), está representado por 26.701.745 ações, sendo 9.622.313 ações ordinárias e 17.079.432 ações preferenciais sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Controladora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3.

A Controladora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, por deliberação do Conselho de Administração, e

independentemente de reforma estatutária, em até 20.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto.

As ações preferenciais da Controladora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Controladora, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Controladora mantém 15.700 ações ordinárias em tesouraria, representadas por R\$233, com valor de mercado de R\$34 (R\$2,18 por ação - cotação em 21 de dezembro de 2018).

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Controladora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica “Empréstimos e financiamentos” dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

d) Plano de opção de compra de ações da Controladora

Os Programas aprovados pelo Conselho de Administração foram outorgados a administradores e colaboradores da Controladora e do Varejo. As opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Controladora, conforme decisão à época do exercício da opção a ser tomada pelo Conselho de Administração.

O valor justo para os programas de opção de compra de ações foi calculado na data de outorga de cada programa e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos na rubrica “Despesas operacionais”, no resultado, e na rubrica “Reservas de lucros”, no patrimônio líquido, como segue:

Ano da outorga e programa	Valores registrados		Total	Valores a registrar em exercícios futuros
	Até o exercício findo em 31/12/17	Exercício encerrado em 31/12/18		
2014 - 7º Programa (3ª tranche)	153	-	153	-
2014 - 7º Programa (4ª tranche)	179	18	197	-
2014 - 7º Programa (5ª tranche)	170	49	219	18
	<u>502</u>	<u>67</u>	<u>569</u>	<u>18</u>

A movimentação das outorgas de opções de compra de ações no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:

	7º Programa (3ª tranche)	7º Programa (4ª tranche)	7º Programa (5ª tranche)
Total de opções de compra de ações outorgadas	176.400	176.400	176.400
(-) Opções não exercidas e expiradas/canceladas	<u>(176.400)</u>	<u>(176.400)</u>	<u>(134.000)</u>
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42.400</u>

No período entre 08 de maio e 06 de setembro de 2017, as opções equivalentes a 42.400 ações do 7º Programa (3ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

No período entre 07 de maio e 06 de setembro de 2018, as opções equivalentes a 42.400 ações do 7º Programa (4ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	7º Programa (3ª tranche)	7º Programa (4ª tranche)	7º Programa (5ª tranche)
Data da outorga	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014
Início do prazo de exercício das opções	08/05/2017	07/05/2018	13/05/2019
Término do prazo de exercício das opções	06/09/2017	06/09/2018	13/09/2019
Taxa de juro livre de risco	11,50%	11,68%	11,74%
Número de administradores e funcionários elegíveis	11	11	11
Preço fixado - R\$	21,00	21,00	21,00
Indexador	IPCA	IPCA	IPCA
Número de opções em aberto	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42.400</u>
Valor justo da opção na data da outorga - por opção - R\$	<u>3.64</u>	<u>4.64</u>	<u>5.57</u>
Valor da opção para exercício, corrigido pelo IPCA e ajustado pelos dividendos distribuídos até 31 de dezembro de 2018 - R\$	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.91</u>

e) Ajustes de avaliação patrimonial

O saldo de R\$11.279, líquido dos impostos diferidos de R\$5.810, representa o valor atribuído ao ativo imobilizado “Terrenos” da Controladora em decorrência da adoção da prática do custo atribuído (“deemed cost”), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

f) Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

Constituída em AGO/AGE realizada em 29 de abril de 2016.

Em 02 de agosto de 2017, a Controladora comunicou através de fato relevante aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Administração da Controladora e seus acionistas controladores se comprometeram, em processo administrativo em curso na CVM, a implementar o seguinte cronograma de distribuição do saldo remanescente do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2015, transferido para o passivo circulante e não circulante, no montante total de R\$17.452:

Deliberação	Valor
AGO de 2018	5.818
AGO de 2019	5.817
AGO de 2020	5.817

Em 26 de abril de 2018, foi aprovada a distribuição da parcela no montante de R\$5.818, correspondentes ao valor bruto de R\$ 0,21798 por ação e equivalente a 33% (trinta e três por cento) do saldo da Reserva Especial. As ações da Companhia serão negociadas na condição ex Dividendos a partir do dia 02 de maio de 2018 e o pagamento dos dividendos foi fixado para o dia 18 de dezembro de 2018.

A distribuição parcial do dividendo obrigatório retido no exercício social 2015, no montante de R\$5.817, cujo pagamento era previsto para 18 de dezembro de 2018, conforme havia sido aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2018 foi suspensa em virtude de disposição legal relacionada ao pedido de recuperação judicial (Artigo 6º da Lei nº 11.101/2015).

g) Participação de não controladores

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Saldos no início do exercício	36	39
Participação no resultado do exercício	<u>(24)</u>	<u>(3)</u>
Saldos no fim do exercício	<u><u>12</u></u>	<u><u>36</u></u>

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Receita operacional líquida:		
Venda de mercadorias e serviços	1.581.388	1.916.431
(-) Impostos incidentes	(105.918)	(157.616)
(-) Devoluções	(27.484)	(33.106)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	<u>(2.564)</u>	<u>(823)</u>
	<u><u>1.445.422</u></u>	<u><u>1.724.886</u></u>

21. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Mercadorias	-	-	(1.023.488)	(1.132.252)
Custo dos serviços vendidos	-	-	(10.045)	(17.833)
Despesa com pessoal e encargos	(1.274)	(2.229)	(198.499)	(215.783)
Honorários dos administradores	(1.382)	(1.801)	(5.610)	(5.955)
Propaganda e publicidade	-	-	(27.965)	(36.513)
Arrendamentos operacionais	-	-	(56.785)	(64.073)
Publicações legais	(217)	(294)	(332)	(429)
Condomínio e fundos de promoção	-	-	(34.312)	(35.886)
Frete e embalagens	-	-	(61.223)	(62.177)
Serviços de informática	(67)	-	(18.745)	(15.046)
Consultoria e assessoria	-	(192)	(8.134)	(7.573)
Viagens e estadias	-	-	(1.268)	(1.194)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	-	-	(22.339)	(27.815)
Perda com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(18.799)	(4.038)
Outras	<u>(1.207)</u>	<u>(1.595)</u>	<u>(93.219)</u>	<u>(93.018)</u>
	<u>(4.147)</u>	<u>(6.111)</u>	<u>(1.580.763)</u>	<u>(1.719.585)</u>
Classificadas como:				
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(1.033.533)	(1.150.085)
Despesas com vendas	-	-	(354.243)	(459.998)
Despesas gerais e administrativas	<u>(4.147)</u>	<u>(6.111)</u>	<u>(192.987)</u>	<u>(109.502)</u>
	<u>(4.147)</u>	<u>(6.111)</u>	<u>(1.580.763)</u>	<u>(1.719.585)</u>

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Resultado na baixa e/ou venda				
de ativo imobilizado, intangível e ágio	-	-	(19.322)	(2.133)
Perda de valor recuperável -				
ativo imobilizado/impostos a recuperar	-	-	(22.102)	-
Provisão para perda em investimento	-	-	-	(135)
Baixa de impostos a recuperar	-	-	-	(1.928)
Baixa de créditos com fornecedores				
considerados irre recuperáveis	-	-	-	(1.199)
Baixa de depósitos judiciais	-	-	(673)	-
PIS/COFINS s/ outras receitas				
operacionais e financeiras	(37)	(75)	(2.453)	(2.305)
Cartão "private label"	-	-	(1.132)	(728)
Provisão para contingências	-	-	(1.619)	(4.522)
Provisão deságio - impostos a recuperar	-	-	-	(2.100)
Sinistros e outros eventos				
com mercadorias	-	-	(452)	(1.415)
Parcelamento impostos estaduais	-	-	(1.526)	-
Projetos descontinuados	-	-	(574)	-
Outras despesas operacionais	<u>(1)</u>	<u>(64)</u>	<u>(2.619)</u>	<u>(297)</u>
	<u>(38)</u>	<u>(139)</u>	<u>(52.472)</u>	<u>(16.762)</u>

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Cartão presente não resgatado, e outros				
créditos de clientes não reclamados	-	-	9.920	12.814
Contribuições sociais a recuperar (i)	-	-	-	8.192
Ajustes contábeis - implementação				
novo sistema de gestão	-	-	5.575	-
Despesas recuperadas	-	-	1.731	1.277
Indenizações por sinistros com mercadorias	-	-	388	143
Reversão provisão para contingências	5	-	5	540
Outras receitas operacionais	<u>129</u>	<u>85</u>	<u>2.179</u>	<u>2.667</u>
	<u>134</u>	<u>85</u>	<u>19.798</u>	<u>25.633</u>

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Receitas financeiras:				
Receitas sobre aplicações financeiras	1	1	608	953
Valor justo - operação "swap"	-	-	13.596	-
Juros recebidos de clientes	-	3	47	53
Juros sobre impostos a recuperar	582	1.448	3.097	5.230
Descontos financeiros obtidos	53	4	771	601
Operações "Non-deliverable Forward - NDF"	-	-	-	126
Outros juros e variações ativas	-	-	258	473
	<u>636</u>	<u>1.456</u>	<u>18.377</u>	<u>7.436</u>
Despesas financeiras:				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	(208)	(17.940)	(26.294)
Juros sobre empréstimos efetuados pela controlada	(533)	(270)	-	-
Valor justo - operação "swap"	-	-	-	(5.342)
Descontos financeiros concedidos	-	-	(39)	(32)
Outros juros e variações passivas	(187)	(242)	(41.467)	(13.274)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	(153)	(86)	(388)	(841)
Outras comissões financeiras	(153)	(145)	(8.181)	(8.142)
Operações "Non-deliverable Forward - NDF"	-	-	-	(336)
Outras despesas financeiras	<u>(105)</u>	<u>(148)</u>	<u>(704)</u>	<u>(1.547)</u>
	<u>(1.131)</u>	<u>(1.099)</u>	<u>(68.719)</u>	<u>(55.808)</u>
	<u>(495)</u>	<u>357</u>	<u>(50.342)</u>	<u>(48.372)</u>

25. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2018, o Varejo possuía 79 contratos de locação de suas lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de rua, qualificados como arrendamento mercantil operacional para fins de apresentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por índices representativos da inflação e da evolução do segmento imobiliário, com prazos de validade de cinco anos em sua maioria, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e Administrativa do Varejo possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os

referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória).

Despesas com aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar:

	Consolidado	
	31/12/18	31/12/17
Arrendamentos operacionais - nota explicativa 21	56.785	64.073

O saldo da rubrica “Arrendamento operacional - locação de lojas” no passivo circulante em 31 de dezembro de 2018 no consolidado é de R\$31.771 (R\$12.563 em 31 de dezembro de 2017).

26. PREJUÍZO POR AÇÃO

O estatuto social da Controladora assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/18 a 31/12/18			01/01/18 a 31/12/18			01/01/18 a 31/12/18		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(108.619)	(193.111)	(301.730)	(107.661)	(191.408)	(299.069)	(958)	(1.703)	(2.661)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Prejuízo por ação - básico - R\$	(11,30667)	(11,30667)		(11,20696)	(11,20696)		(0,09971)	(0,09971)	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(11,30667)	(11,30335)		(11,20696)	(11,20367)		(0,09971)	(0,09968)	

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/17 a 31/12/17			01/01/17 a 31/12/17			01/01/17 a 31/12/17		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(18.723)	(33.286)	(52.009)	(17.767)	(31.587)	(49.354)	(956)	(1.699)	(2.655)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Prejuízo por ação - básico - R\$	(1,94892)	(1,94892)		(1,84942)	(1,84942)		(0,09950)	(0,09950)	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(1,94892)	(1,94684)		(1,84942)	(1,84745)		(0,09950)	(0,09939)	

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Entre os principais objetivos da gestão do capital realizada pela Administração da Controladora e do Varejo destacam-se: o de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas; e o de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.

As estruturas de capital da Controladora e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 13), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 19).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Empréstimos e financiamentos, líquidos de instrumentos derivativos; e aquisição de empresas	2.637	2.477	175.508	316.104
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>(760)</u>	<u>(11)</u>	<u>(95.429)</u>	<u>(68.952)</u>
Dívida líquida	1.877	2.466	80.079	247.152
Patrimônio líquido	<u>120.906</u>	<u>422.022</u>	<u>120.918</u>	<u>422.058</u>
Total	<u>122.783</u>	<u>424.488</u>	<u>200.997</u>	<u>669.210</u>
Índice de dívida líquida	<u>1.53%</u>	<u>0.58%</u>	<u>39.84%</u>	<u>36.93%</u>

Periodicamente, a Administração da Controladora e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora	
	31/12/18	31/12/17
	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>760</u>	<u>11</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Fornecedores	1.719	996
Dividendos	17.466	17.466
Partes relacionadas - contrato de mútuo AFAC	2.183	7.996
Outras obrigações	<u>10.000</u>	<u>-</u>
	<u>2.637</u>	<u>3.477</u>
	<u>34.005</u>	<u>29.935</u>
	Consolidado	
	31/12/18	31/12/17
	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	95.429	68.952
Valor justo - operação "swap"	-	4.040
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	<u>57.685</u>	<u>206.910</u>
	<u>153.114</u>	<u>279.902</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	172.871	216.854
Fornecedores	549.324	546.880
Arrendamento operacional	31.771	12.563
Dividendos	17.466	17.466
AFAC	10.000	-
Outras obrigações	3.489	4.206
Passivos - valor justo		
Empréstimos e financiamentos	<u>-</u>	<u>100.813</u>
	<u>784.921</u>	<u>898.782</u>

A Administração da Controladora e do Varejo é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada exercício.

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado (CDI, TJLP e UM Selic), taxas contratuais (nota explicativa nº 13) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; e, portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada período está próximo do valor de mercado. No entanto, não há mercado ativo para os empréstimos e financiamentos obtidos com o BNDES e, desta forma, poderiam ocorrer diferenças em relação ao valor contábil se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

c) Riscos financeiros

As atividades da Controladora e do Varejo estão expostas aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e ao risco limitado ao valor pago pelo derivativo utilizado como instrumento de proteção a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Controladora e do Varejo segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área Financeira da Controladora e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as áreas operacionais.

d) Gestão do risco de taxa de juros

As operações da Controladora e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros, substancialmente sobre os empréstimos tomados e aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Saldos que representavam a exposição máxima ao risco de taxa de juros na data de encerramento do exercício:

		<u>Consolidado</u>
		<u>31/12/18</u>
	<u>Risco</u>	<u>Valor Contábil</u>
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	71.047
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	174.989
Fornecedores	Alta do CDI	414
Outras obrigações	Alta do CDI	2.637
Exposição		<u>249.087</u>

- e) Análise de sensibilidade complementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Controladora apresenta a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros da Controladora e do Varejo que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Controladora e do Varejo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Eventuais efeitos nos saldos patrimoniais conforme cenários analisados:

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

Operação	Risco	Valores patrimoniais		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI - Varejo	Baixa do CDI	<u>(109)</u>	<u>(272)</u>	<u>(543)</u>
Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI - Varejo	Alta do CDI	<u>(457)</u>	<u>(1.144)</u>	<u>(2.292)</u>
Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI - Varejo	Alta do CDI	<u>(100)</u>	<u>(251)</u>	<u>(504)</u>
Fornecedores sujeitos a variação do CDI - Controladora	Alta do CDI	<u>(1)</u>	<u>(3)</u>	<u>(6)</u>
Outras obrigações sujeitas a variação do CDI - Controladora	Alta do CDI	<u>(7)</u>	<u>(18)</u>	<u>(36)</u>
Resultado líquido		<u>(674)</u>	<u>(1.688)</u>	<u>(3.381)</u>

f) Gestão do risco de taxa de câmbio

Contratos de compra de dólar norte-americano

As receitas da Controladora e do Varejo são expressas em reais. O risco cambial decorre de eventuais operações comerciais geradas, principalmente, pela importação de mercadorias e serviços expressa em dólar norte-americano (US\$). A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Controladora e do Varejo é a de proteger-se de eventuais importações, por meio de operações compostas por contratos de compra de dólar norte-americano (“Non-deliverable Forward - NDF”) sem entrega física ou Contratos de Câmbio com entrega física, utilizados somente como instrumento de proteção de valor e nunca como um instrumento especulativo, podendo ser realizado em operações expostas à moeda estrangeira que tenham impacto financeiro na Controladora e no Varejo, entretanto, não designado como “hedge”.

Uma vez definida a importação é tomado por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização das mercadorias e serviços no mercado local dentro dos padrões de margem de lucros esperados e os prazos de entrega prováveis; a partir desse fato, define-se o preço de exercício e o vencimento que nortearão a contratação das opções de compra de dólar norte-americano.

O Varejo realizou durante os exercícios de 2016 e 2017, operações relacionadas à compra a termo de quantia de dólar norte-americano sem entrega física (NDF), com o propósito de proteção das operações de importação do seu e-reader – LEV, a seguir apresentada:

Banco ABC Brasil:

Contrato	Vencimento	Taxa de câmbio - R\$		Valor de referência (US\$ mil)	Ganho (Perda) registrado(a) (R\$)
		Na data do contrato	Vencimento		31/12/17
18/04/2017	30/06/2017	3,1755	3,2952	1.051	126
07/07/2017	14/07/2017	3,2900	3,2108	491	(39)
07/07/2017	14/08/2017	3,3300	3,1695	558	(90)
14/08/2017	06/10/2017	3,2360	3,1871	1.585	(160)
				<u>3.685</u>	<u>(163)</u>

Banco Safra:

Contrato	Vencimento	Taxa de câmbio - R\$		Valor de referência (US\$ mil)	Perda registrada (R\$)
		Na data do contrato	Vencimento		31/12/17
08/12/2016	06/01/2017	3,4280	3,2591	1.025	(47)

A Controladora e o Varejo não realizaram operações de compra a termo de quantia de dólar norte-americano sem entrega física (NDF) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Empréstimos em moeda estrangeira

O Varejo captou empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano - US\$) acrescidos de taxa de juros (nota explicativa nº 13), para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio e oscilações das taxas de juros, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI e taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Em sua forma, a operação vincula um contrato de empréstimo a uma operação de “swap” firmado na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverá ser liquidado pelo seu valor líquido. Na essência, as operações são empréstimos denominados em moeda local acrescidos de uma taxa de juros pré-fixada e/ou pós-fixada sujeitas à variação do CDI, conforme o caso.

Os instrumentos derivativos associados foram designados formalmente como hedge com o propósito de reduzir a volatilidade dos resultados contábeis decorrentes do registro dos instrumentos derivativos pelo valor justo por meio do resultado, pelo reconhecimento dos ganhos e perdas decorrentes dos instrumentos financeiros derivativos nos mesmos períodos contábeis em que os itens objeto do hedge afetam o resultado contábil.

O tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

As operações foram liquidadas antecipadamente em 13 de julho de 2018.

Exposição a moeda estrangeira

	R\$	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Empréstimos e financiamentos	-	96.774
Swap	-	(96.774)
Exposição líquida	<u>-</u>	<u>-</u>

g) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Controladora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Exposição máxima a este risco na data de encerramento do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
	Valor	Valor	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa				
e aplicações financeiras	760	11	95.429	68.952
Contas a receber de clientes	-	-	57.685	206.910
	<u>760</u>	<u>11</u>	<u>153.114</u>	<u>275.862</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o consolidado apresenta saldo de perda com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$339 (R\$1.106 em 31 de dezembro de 2017), para cobrir os riscos de crédito.

h) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora continuamente as previsões contínuas das exigências de liquidez da Controladora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Controladora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Controladora				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	1.719	-	-	-	1.719
Dividendos	5.832	5.817	5.817	-	17.466
AFAC	10.000	-	-	-	10.000
Outras obrigações	2.637	-	-	-	2.637

Operação	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	549.324	-	-	-	549.324
Empréstimos e financiamentos	140.065	36.065	-	-	176.130
Dividendos	5.832	5.817	5.817	-	17.466
Arrendamento operacional	31.771	-	-	-	31.771
AFAC	10.000	-	-	-	10.000
Outras obrigações	3.489	-	-	-	3.489

i) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam às operações da Controladora e do Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” do Varejo está substancialmente distribuído entre as adquirentes de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

j) Linhas de crédito

	Consolidado	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Empréstimos:		
Utilizado	158.418	242.181
Financiamentos:		
Utilizado	58.136	58.136

k) Garantias obtidas

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/18</u>
Cartas de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	<u>8.139</u>

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, as cartas de fiança obtidas geraram despesas financeiras de R\$1.883 (R\$3.170 em 31 de dezembro de 2017).

l) Valor contábil e valor justo dos ativos e passivos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18		31/12/18	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	760	760	95.429	95.429
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	-	-	57.685	57.685
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	-	-	172.871	176.427
Dividendos	17.466	17.466	17.466	17.466
Fornecedores	1.719	1.719	549.324	549.324
Arrendamento operacional	-	-	31.771	31.771
Partes relacionadas - contrato de mútuo	2.183	2.183	-	-
AFAC	10.000	10.000	10.000	10.000
Outras obrigações	2.637	2.637	3.489	3.489

Métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldos decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.
- Empréstimos e financiamentos e derivativos (swap) – O valor justo para as operações com derivativos do Varejo foram calculados com base no valor futuro das operações determinado conforme as taxas e condições contratadas, descontado a valor presente pelas taxas referenciais de mercado divulgadas pela B3, pelo prazo a decorrer. Relativamente às operações de empréstimos e financiamentos do Varejo contratadas com o BNDES, a Administração entende que o valor contábil representa a melhor referência de valor justo uma vez que as taxas praticadas são específicas para operações com o BNDES.

A Controladora divulga seus ativos e passivos financeiros ao valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidenciação dos instrumentos financeiros.

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os seguintes níveis:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Ativos e passivos da Controladora e do Consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2018:

	Controladora			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>760</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>760</u>

	Consolidado			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>49.110</u>	<u>46.319</u>	<u>-</u>	<u>95.429</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, é realizada por meio do único segmento denominado “Varejo”.

O segmento Varejo corresponde ao negócio de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação. A comercialização é realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País e pelo comércio eletrônico Saraiva.com.br.

29. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Representadas pelo resultado residual das operações do segmento editorial, vendido à Editora Ática S.A. em 2015.

Demonstração de resultados de operações descontinuadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Despesas operacionais	<u>(2.480)</u>	<u>(948)</u>	<u>(2.480)</u>	<u>(948)</u>
Prejuízo operacional	<u>(2.480)</u>	<u>(948)</u>	<u>(2.480)</u>	<u>(948)</u>
Despesas financeiras	<u>(2)</u>	<u>(1.310)</u>	<u>(2)</u>	<u>(1.310)</u>
Prejuízo líquido antes do IR	<u>(2.482)</u>	<u>(2.258)</u>	<u>(2.482)</u>	<u>(2.258)</u>
IR diferido	<u>(179)</u>	<u>(397)</u>	<u>(179)</u>	<u>(397)</u>
Resultado das operações descontinuadas	<u>(2.661)</u>	<u>(2.655)</u>	<u>(2.661)</u>	<u>(2.655)</u>

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de R\$2.661 (R\$2.655 em 31 de dezembro de 2017) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

Fluxo de caixa de operações descontinuadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	2.183	(835)	2.183	(835)
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>(445)</u>	<u>(8.179)</u>	<u>(445)</u>	<u>(8.179)</u>
Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas	<u>1.738</u>	<u>(9.014)</u>	<u>1.738</u>	<u>(9.014)</u>

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Controladora e do Varejo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas dos seguros contratados:

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Lucros cessantes	419.247	100.000
Incêndio - importância máxima	1.147.571	212.902
Responsabilidade civil - conselheiros, diretores e administradores - importância máxima	100.000	100.000
Responsabilidade civil geral - importância máxima	2.000	2.000
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima	-	1.017
Transporte internacional	3.708	634
Execução fiscal	70.853	24.694

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Foi concluída em março de 2019 com o Banco Itaú a renegociação do montante relacionado à fiança do BNDES, com a quitação da fiança executada pelo BNDES por meio de saldo em conta corrente e de empréstimo com o Banco Itaú na modalidade de Cédula de Crédito Bancário (Nota explicativa 13). A operação liberou R\$31 milhões de recebíveis em cartão de crédito, mantidos em garantia de operações financeiras com o Banco Itaú.

32. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A crise econômica iniciada em 2015 foi um dos mais desafiadores períodos da história recente do País no campo econômico, com repercussão significativa nas operações do Varejo, e responde, em boa parte, pelo pedido de recuperação judicial.

A Companhia adotou várias iniciativas para reverter os efeitos negativos causados pela crise econômica: no final de 2015, concluiu a venda do seu segmento editorial e com a persistência do cenário de crise econômica nos anos seguintes, implementou um robusto projeto de transformação composto de um conjunto de ações com foco nas frentes de *Omnichannel*, *Customer Centricity*, Transformação Digital e Eficiência Operacional, conquistando no início de 2018, crescimento das vendas brutas e *Market Share* nas categorias de Livros, Games, Telefonia e no segmento de Volta as Aulas. Além de referido Projeto, também foram tomadas providências emergenciais, que resultaram, no início de novembro de 2018, na construção de um plano de reestruturação, visando tornar a operação enxuta, dinâmica e voltada para a obtenção de rentabilidade operacional e fortalecimento do caixa.

As principais ações do plano de reestruturação resultaram: i) no encerramento de 22 lojas com baixa perspectiva de geração de valor; ii) na descontinuação de produtos com menor rentabilidade e maior demanda por capital de giro e responsável pela acumulação sistemática de créditos tributários, retornando o foco para o mercado livreiro, que representa a essência do Varejo; iii) na adequação da estrutura de custos e despesas por meio da implementação do Orçamento Base Zero – OBZ, definido pelo mínimo necessário de funções e colaboradores para manter a operação, sem causar impactos negativos nos resultados e no atendimento ao cliente; e iv) em uma abrangente revisão e otimização da malha logística alinhando o sistema de abastecimento ao novo mix de produtos.

No entanto, os impactos causados pela crise econômica, associados aos efeitos dos acontecimentos no tempo, tais como o aumento do preço médio dos livros abaixo do esperado, o encolhimento de alguns segmentos de produtos que tinham representatividade relevante no faturamento, as dificuldades enfrentadas para a realização de créditos tributários, a dificuldade de contratação de novas linhas de crédito, entre outros eventos relevantes para a operação, comprometeram a obtenção dos resultados almejados, o que abalou a perspectiva da Companhia de honrar com as suas obrigações de curto prazo.

Por essa razão, em 23 de novembro de 2018, a Companhia apresentou pedido de recuperação judicial, como forma de viabilizar a superação da crise financeira e preservar a manutenção da fonte produtora e a continuidade do negócio. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 4 de fevereiro de 2019, foi juntada ao processo a minuta do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”).

Com o deferimento do pedido de recuperação judicial a Administração intensificou as negociações com seus principais credores visando estabelecer condições comerciais e modelos de pagamento que pudessem viabilizar os interesses comuns, visando, principalmente, o êxito na aprovação do PRJ, além de implementar diversas ações para garantir a sustentação dos negócios durante e após o período que antecede a aprovação do PRJ e que já apresentaram resultados positivos.

Entre as medidas adotadas, estão:

1. Abastecimento de produtos

A Companhia aditou contratos com 160 dos seus principais fornecedores da categoria de livros que operam por meio de consignação mercantil para garantir o abastecimento, concedendo bônus de performance e promovendo maior eficiência no processo de prestação de contas e acerto. Com essa ação, a Companhia mantém ativos, contratos que representaram 88% da venda de livros no ano de 2018 e devem garantir o abastecimento e o sortimento nos próximos meses. O resultado da medida foi positivo e não se observou redução nos patamares de abastecimento esperados.

2. Liberação de recebíveis de cartão de crédito

A Companhia concluiu com sucesso em março de 2019, a negociação com o Banco Itaú para a liberação de R\$31.000 em recebíveis de cartão de crédito que garantiam os pagamentos de operações financeiras, viabilizando o acesso a boa parte do faturamento. Estão em curso as negociações com o Banco do Brasil e a expectativa da Administração é que se encontrarão alternativas que beneficiarão o caixa da Companhia.

3. Redução de despesas operacionais

O plano de reestruturação iniciado em novembro de 2018 já apresentou reflexos importantes nos primeiros meses de 2019. Com as vendas realizadas em linha com a expectativa da Administração, foi registrada uma redução superior a 35% nas despesas em relação ao mesmo período de 2018, demonstrando o potencial da Companhia para o sucesso no processo de recuperação.

4. Laudo de Viabilidade Econômica

A Administração, por meio de Laudo elaborado por seus consultores da Galeazzi e Associados, atestou capacidade de honrar suas obrigações nos termos propostos no PRJ. O laudo certifica a capacidade de geração de caixa e a provável continuidade do negócio, baseado em premissas factíveis e alinhadas às ações endereçadas pela Administração para o cumprimento do plano de recuperação judicial.

5. Imagem consolidada e liderança de mercado

A despeito dos impactos sentidos pelas sucessivas crises, a Companhia mantém sua imagem fortalecida e a liderança em alguns segmentos do mercado livreiro, evidenciada pelas negociações com fornecedores da categoria de livros, que prezam pelo sucesso da Companhia no processo de recuperação judicial.

6. Recuperação do mercado de livros no Brasil

Há evidências de um início de recuperação das vendas nos últimos bimestres que sinalizam para uma melhora das operações das redes de varejo e de seus fornecedores.

A Administração mobilizou todos os esforços para efetivar os ajustes possíveis e necessários para garantir a continuidade operacional. A Administração reconhece a relevância dos desafios, no entanto, diante das evidências apresentadas originadas das ações que estão em curso é otimista em seu julgamento acerca da sua capacidade de recuperação.
